

boletim

Armas ligeiras e segurança humana

A Reunião Bi-Anual de Estados de 2005 e futuros passos

A segunda Reunião Bi-anual de Estados (*Biennial Meeting of States*, BMS) teve lugar em Nova York, entre os dias 11 e 15 de Julho de 2005. Realizada a cada dois anos, não constitui um espaço de negociação, mas sim “reuniões de informação e de troca”. Estas reuniões são desenhadas com o objectivo de fazer com que os Estados apresentem relatórios sobre a implementação do Programa de Acção sobre Armas Ligeiras da ONU (PdA), de 2001. Dada a proximidade da Conferência de Revisão (*Review Conference* -- RevCon), que terá lugar em Junho-Julho de 2006, e da reunião do Comitê Preparatório (*Preparatory Committee* – PrepCom), e tendo em conta as lições aprendidas com a primeira BMS, muitos países aproveitaram a reunião para planejar as suas prioridades para os próximos anos.

Tal como a anterior reunião de 2003, a BMS foi estruturada em quatro partes: declarações nacionais e regionais sobre a implementação do PdA, declarações de organizações governamentais internacionais, declarações de ONG e discussões temáticas.¹ A reunião foi presidida pelo Embaixador finlandês Pasi Patokallio. Antigo membro do Grupo de Peritos Governamentais sobre Armas Ligeiras (*Group of Governmental Experts on Small Arms and Light Weapons*, criado em 1996 com a missão de identificar a ampla abrangência do problema), o Embaixador Patokallio manteve o ‘debate’ aberto para encorajar trocas de informação e idéias, e dar espaço para reflectir sobre pontos de vista sub-representados. Para além disso, sublinhou insistentemente

¹ Os temas foram: (1) Esforços de recolha e destruição de armas/ controle de estoques /desarmamento, desmobilização e reintegração de antigos combatentes (DDR); (2) Treinamentos /capacitação de recursos/ capacitação institucional; (3) Marcação e rastreamento de armas de fogo; (4) Ligações com terrorismo, crime organizado, tráfico de droga e minerais preciosos; (5) Controle de exportações e importações/ venda ilícita de armas por intermediários (*brokering*); e (6) Desenvolvimento humano/consciencialização pública e cultura de paz/crianças, mulheres e idosos.

Neste número...

A Reunião Bi-Anual de Estados de 2005 e futuros passos *páginas 1–4*
Armas Ligeiras e Desenvolvimento: Convergindo Prioridades *página 4*
Armas Ligeiras – Grandes Oportunidades *página 6*
Nas suas próprias palavras: Quais considera serem as prioridades para a Review Conference de 2006 (RevCon) e para futuro? *página 7*
Síntese das notícias *página 8*
Parabéns para a Transitions Foundation, Guatemala *página 9*

o seu apoio à participação activa da sociedade civil ao longo da reunião – um patamar que deveria constituir a base mínima para as próximas reuniões.

O Embaixador Patokallio afirmou recentemente que lamenta que as ONG não tenham podido contribuir nos debates temáticos.²

Registaram-se alguns avanços relativamente à BMS de 2003, nomeadamente no número de frentes, ao nível do envolvimento e contributos governamentais, no conjunto de temas tratados em eventos paralelos e nas interacções entre ONG e delegações. A cobertura me-diática da reunião foi forte. Para a maioria dos observadores ficou claro que o processo da ONU sobre controle de armas ligeiras está avançando e que é preciso consolidar uma agenda ampla, de forma a lidar com o problema da violência armada e com as falhas na regulamentação do comércio de armas.

PARLAMENTARES E CONTROLE DE ARMAS

A presença cada vez maior de parlamentares enquanto membros de delegações na BMS de 2005 mostra que o progresso ao nível global é lento. O interesse parlamentar na questão das armas de fogo é também cada vez maior fora do processo das Nações Unidas. A União Inter-Parlamentar está a analisar a questão, que constituirá um assunto central na reunião de Maio de 2006 (ver em www.ipu.org). O Fórum Parlamentar sobre Armas Ligeiras, composto maioritariamente por parlamentares da América Latina e da Europa do Norte, realizou a sua reunião anual no México, entre 19 e 21 de Outubro de 2005 (ver em www.parliamentaryforum.org). A IANSA e o Fórum lançaram também um período de acção parlamentar, de Outubro a Janeiro de 2006 (ver em www.iansa.org/control_arms/parliamentary_action.htm).

² Declarações ao Forum Inter-Parlamentar sobre Armas Ligeiras, Cidade do México, 19 de Outubro de 2005.

Dando continuidade

As declarações de Estados e de organizações regionais na reunião dão uma idéia sobre o actual entendimento do problema da disponibilidade e (mau) uso de armas, indicando as suas abordagens para o futuro do processo da ONU.

De um modo geral entende-se melhor a questão dos custos humanos da violência armada, com referências freqüentes às ligações com questões de desenvolvimento, segurança humana, motivações que conduzem ao mau uso e dimensões de gênero. No entanto, a disponibilidade de armas é ainda quase exclusivamente vista como um problema de países afectados por guerras ou países em desenvolvimento. Apesar dos enormes desafios existentes nesses contextos, pouco se tem dito sobre o tremendo impacto da violência armada em países ‘pacíficos’ e/ou países desenvolvidos, através, por exemplo, da criminalidade armada, elevados índices de suicídios com armas de fogo ou violência com base no gênero e intimidação. Apesar de os países mais desenvolvidos reconhecerem e relatarem de forma ampla o seu papel enquanto doadores internacionais ou assumirem as suas políticas de exportação/transferência de armas, poucos levam a cabo esforços ao nível da esfera interna, através, por exemplo, da criação de comissões nacionais, da revisão de legislação nacional, de esforços em diminuir a mortalidade relacionada com armas de fogo ou de cooperação com ONG nacionais.

Com o PdA como base, o trabalho futuro consiste em dar continuidade às conquistas atuais, tais como o instrumento não vinculativo sobre a marcação e rastreio de armas (a questão das munições foi discutida separadamente); a entrada em vigor do Protocolo sobre Armas de Fogo de 2001 (apesar da fraca articulação com o processo da ONU); e um conjunto crescente de instrumentos regionais que variam em qualidade e implementação. A acção proposta a curto prazo inclui a restrição de actividades de vendedores privados ilícitos (*brokers*); o desenvolvimento de um sistema rigoroso de certificados de usuário final (*end-user certificates*); regulação severa de armas anti-aéreas portáteis (conhecidos como MANPADS); e a clarificação de critérios para a transferência internacional de armas. Como foi referido pela Suíça na reunião, “o Programa de Acção é um documento abrangente, mas constitui, no entanto, um ponto de partida. A concretização das suas provisões, muitas vezes elaboradas em termos demasiado genéricos, requer que sejam desenvolvidas normas e/ou mecanismos complementares.”

De uma forma encorajadora, muitos Estados, incluindo a Argentina, o Brasil, o Camboja, o Canadá, o Chile, a Nova Zelândia, Nigéria e Serra Leoa, entre outros, apoiaram a adopção de instrumentos vinculativos. Pelo menos 38 Estados demonstraram o seu interesse em desenvolver um instrumento legalmente vinculativo sobre transferências de armas

ligeiras, e outros 36 Estados expressaram o seu apoio à criação de patamares comuns que regulem o comércio internacional de armas ligeiras. Várias declarações lamentaram a natu-reza política do acordo de marcação e rastreamento, e comprometeram-se a dar continuidade ao trabalho de reforço desses compromissos nos próximos anos. Talvez a tendência de avançar para instrumentos legalmente vinculativos convença os Estados da necessidade de ir além da actual abordagem baseada em consensos, que resulta cada vez mais no menor denominador comum e constitui frequentemente um entrave ao verdadeiro progresso em várias frentes. O processo multilateral seria muito mais eficaz se a crescente maioria que apoia medidas futuras não estivesse constantemente ameaçada de veto por parte de alguns Estados.

A minha delegação continua a acreditar que a luta contra o comércio ilícito de armas ligeiras não se pode limitar a declarações políticas de intenções... Esta luta deve necessariamente ter na sua base a determinação e o compromisso inequívoco de todos os Estados-membros, que têm a responsabilidade de neutralizar a produção ilícita de armas ligeiras e de dismantelar redes ilícitas de venda de armas, que constituem a principal fonte de abastecimento de armas para zonas de conflitos, grupos terroristas e criminalidade internacional.

Declarações de H.E. Larbi El Hadj Ali, Algeria, na BMS de 2005, 12 de Julho

Próximos passos: brokering

A venda ilícita de armas por intermediários (*brokering*), a par com a marcação e rastreamento de armas ligeiras, constituiu um dos dois temas explicitamente identificados pelo PdA que devem ser transformados em algum tipo de instrumento. Foi também salientada a atenção que deve ser dada à venda privada de armas no *High-Level Panel Report on Threats, Challenges and Change* das Nações Unidas e no relatório do Secretário Geral *In Larger Freedom*. Espera-se que a Assembleia Geral da ONU decida, ao longo da 60ª sessão, sobre a criação de um grupo de peritos governamentais que começará o seu trabalho após a RevCon de 2006. Na realidade, vários Estados e a maioria das ONG defendem antes a criação de um grupo de trabalho aberto sobre controle para terminar o comércio ilícito de armas, dada a base detalhada de evidências que existe sobre o assunto e o trabalho do anterior Grupo de Peritos Governamentais (GGE). De facto, um grupo de peritos trabalhou já sobre esta questão em 2000-2001,³ e vários instrumentos regionais recentemente adoptados pela União Européia, pela Organização dos Estados Americanos, pelo *Wassenaar Arrangement*⁴,

³ Ver UN Document A/Conf.192/PC/33, 12 Março 2001

⁴ O Arranjo Wassenaar é uma organização composta por 33 dos maiores exportadores mundiais de armas de cinco

pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa ou os estados partes do Protocolo de Nairobi de 2004 constituem precedentes que facilitam a concordância relativamente a um instrumento global legalmente vinculativo.

Relativamente ao próximo processo de *brokering* importa ter em conta algumas lições aprendidas com os resultados desanimadores do processo de marcação e rastreamento. Vários factores ameaçaram e em última análise enfraqueceram as negociações de marcação e rastreamento: a AGNU não determinou a natureza do instrumento antes das negociações (se seria legalmente ou politicamente vinculativo); a abordagem baseada em consensos ameaçou o processo, uma vez que alguns Estados não concordaram até ao último minuto sobre questões particulares que consideravam fundamentais (por exemplo, a exclusão de munições); a necessidade de maiores competências técnicas entre as delegações; e a necessidade de dedicar tempo suficiente às negociações, particularmente se o âmbito e natureza do futuro instrumento estiverem também sujeitas a negociação.

Peças perdidas: Diretivas para a redução da violência armada através do processo da ONU de controle de armas

Na BMS de 2005 o Centre for Humanitarian Dialogue lançou uma publicação que pretende oferecer informações úteis a autoridades sobre elementos centrais e sub-representados no actual processo sobre armas ligeiras da ONU. Os principais temas abordados são:

- Prevenir o mau uso: regulação de armas ligeiras a nível nacional
- Controlar a oferta
- Assistência a sobreviventes de violência armada
- Enfoque de género
- Retirar armas e munições de circulação
- Lidar com a procura de armas de fogo
- Governança dos sectores de justiça e segurança

Contendo abordagens inovadoras e recomendações para políticas públicas, esta publicação está disponível em árabe, inglês, francês e espanhol em www.hdcentre.org (na secção Small Arms/Publications).

Rumo a 2006

As expectativas relativamente às tarefas futuras são grandes, entre os Estados e organizações da sociedade civil. O que não está muito claro é a forma como a RevCon de 2006 irá moldar a próxima etapa do processo das Nações Unidas sobre armas ligeiras. Em várias reuniões e fóruns realizados ao longo dos últimos meses, os Estados que discutiram os próximos passos pareciam estar de acordo numa coisa: que o PdA não

continentes e tem como objectivo contribuir para a transparência sobre exportação de armas.

deve ser re-aberto a negociação. Para além deste tópico as visões divergem, relativamente ao tipo de forma(s) que a próxima fase de trabalho deve assumir. Ficou claro que o PdA tem sido um instrumento inovador em vários sentidos, e que muito pode ser feito para honrar os compromissos existentes e que há que identificar o que é ainda necessário fazer para lidar de forma eficaz com a crise da violência armada e do comércio de armas.

Na nossa opinião as deliberações da próxima Review Conference deveriam ter em conta um conjunto de questões pertinentes como marcação e rastreamento, controle de exportações, posse por civis, o papel de actores não-estatais e formas de potenciar a cooperação internacional.

Declaração de HE Adiyatwidi Adiwoso Asmady, Indonésia, na BMS 2005, 11 de Julho

Estão a ser feitas várias sugestões em círculos diplomáticos sobre os modelos e abordagens dos documentos resultantes da RevCon, que vão desde a adopção de uma declaração sobre o valor do PdA complementada por um documento de implementação mais detalhado, até um conjunto possível de anexos sobre linhas de orientação ou princípios sobre vários temas. Esta preocupação com a forma dos documentos é importante para assegurar que a questão das armas ligeiras se mantém de um modo proeminente na agenda, e que os compromissos continuam a ser implementados e expandidos a longo-prazo. A delimitação cuidadosa pode contribuir para orientar a próxima fase de programas internacionais de forma a apoiar uma implementação mais eficaz dos compromissos já existentes; contribuir para o avanço de questões que estão ‘maduras’ para instrumentos e acordos internacionais; elaborar ou clarificar compromissos do PdA já existentes; e oferecer linhas de orientação sobre modelos de regulações e abordagens e lições aprendidas.⁵ O Embaixador da Serra Leoa Sylvester Rowe foi designado para presidir à próxima PrepCom, e estará a recolher pontos de vista e opiniões sobre estes temas nos próximos meses.

Pensando primeiro nas pessoas

No decorrer deste processo que conduzirá à importante avaliação do progresso global e à medida que se delimitam os próximos passos, aumenta a pressão para que os Estados meçam o progresso alcançado, não apenas tendo em conta os requisitos do PdA, mas também considerando a diferença que os esforços colectivos estão a fazer nas vidas de pessoas normais apanhadas por situações de violência armada. Uma abordagem que coloque a segurança humana no centro

⁵ Para uma análise informativa das Review Conferences da ONU e modelos dos próximos passos ver Sarah Parker (2005) *Reviewing Multilateral Political Agreements: Precedents for the 2006 Small Arms Review Conference*. Consultar também www.internationalalert.org/pdfs/btb_emerging_agendas.pdf

das preocupações deve incluir cinco objectivos principais e complementares:

- **Regulamentar o uso de armas ligeiras** por civis, empresas de segurança privadas, grupos armados, e todas as ramificações do sector de segurança;
- **Esgotar e controlar as armas e munições existentes**, incluindo programas de recolha de armas, controle de estoques e a consolidação de programas de desarmamento e desmobilização eficazes em países devastados por guerras;
- **Regulamentar a transferência de armas ligeiras e munições** através de um instrumento internacional que especifique critérios de transferência, promova a transparência, restrinja as transferências para grupos armados não-estatais e que regule o *brokering*;
- **Reduzir a procura de armas** prestando atenção a considerações de género, reforçando a implementação das leis, promovendo actividades de consciencialização, estreitando os laços com esforços de desenvolvimento e aumentando o trabalho com as comunidades

- **Garantir assistência a sobreviventes de violência armada** através da identificação de boas práticas e articulações com processos multilaterais.

A política global sobre controle de armas ligeiras amadureceu desde 2001, mas está longe da agenda ampla que é necessária para responder ao sofrimento e insegurança causados pelo mau uso destas armas. Os próximos nove meses serão cruciais, e é necessária uma acção comprometida e criativa que faça avançar do lento progresso para uma agenda de acção que inclua tudo o que aprendemos ao longo dos anos, e que aplique este conhecimento. Muito depende de alguns Estados progressistas, que devem mostrar sua liderança e visão nestes meses para nos conduzir ao próximo nível.

Este artigo foi escrito por Cate Buchanan, Emile Le Brun e Mireille Widmer do Centre for Humanitarian Dialogue.

■ Opinião

Armas Ligeiras e Desenvolvimento: Convergindo Prioridades

Em Setembro de 2005 os líderes mundiais reuniram-se em Nova Iorque para a Cimeira Mundial. Reconheceram que “a paz e a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos...se interligam e se reforçam mutuamente...e são as bases para a segurança colectiva e bem-estar”.¹ Esta declaração representa a mais importante articulação da relação entre segurança e desenvolvimento até à data, e reflecte as palavras do Secretário-Geral; da ONU Kofi Annan que declarou no seu relatório *In larger freedom* que ‘a acumulação e proliferação de armas ligeiras continua a constituir uma séria ameaça à paz, estabilidade e desenvolvimento sustentável.’² O reconhecimento de que a segurança e o desenvolvimento estão intimamente ligados, e que a disponibilidade e uso de armas de fogo pode destruir ganhos alcançados tendo em vista o desenvolvimento, está lentamente a ser traduzido para a programação das Nações Unidas – apesar de haver muito trabalho a fazer, conceptualmente e na prática.

De que forma se podem apoiar mutuamente as agendas de controle de armas e de desenvolvimento, à luz do actual pensamento e práticas?

¹ Assembleia Geral das Nações Unidas (2005), *2005 World Summit Outcome*, A/60/L.1 secção três, parágrafo 9, p. 2. Disponível em www.un.org/summit2005/documents.html

² Kofi Annan (2005), *In larger freedom: towards development, security and human rights for all*, A/59/2005, capítulo 3, parágrafo 120, p. 32. Disponível em www.un.org/largerfreedom/chap3.htm

No que diz respeito ao desenvolvimento, a atenção mundial tem-se voltado, recentemente, para a Cimeira Mundial e para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – os objectivos estabelecidos em 2000 pelos Estados para, por exemplo, erradicar a extrema pobreza e fome. Como foi salientado pelo recente relatório do PNUD, *Securing Development*, a incidência de violência armada, seja em situações de conflito armado ou crime, podem ter conseqüências extrema-mente negativas para muitos dos ODM.³ O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2005 torna esta relação ainda mais clara: ‘o conflito destrói sistemas de alimentação, contribui para a fome e sub-nutrição e prejudica progressos na saúde e na educação.’⁴ O PNUD reconheceu estas implicações e está a levar a cabo programações em três áreas que se reforçam mutuamente:

- *Controle de armas ligeiras*—criar competências nacionais relativamente a gestão de armas ligeiras
- *Prevenção e redução de violência armada* – reforçar competências locais para lidar com a violência armada, promovendo modos de vida não violentos e lidando com as causas estruturais da violência armada; e

³ PNUD (2005), *Securing Development: UNDP's support for addressing small arms issues*. Bureau for Crisis Prevention and Recovery, Genebra, pgs. 14-16.

⁴ PNUD (2005), *Human Development Report 2005: Human cooperation at a crossroads*, Nova Iorque, Capítulo 5, p. 151. Disponível em http://hdr.undp.org/reports/global/2005/pdf/HDR05_chapt_er_5.pdf

- *Desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR)* – apoiando a transição da guerra para a paz, facilitando a reintegração de ex-combatentes na vida civil, e a retirada e destruição das armas utilizadas no conflito.

Do lado do controle de armas de fogo, o foco das políticas multilaterais é o Programa de Acção da ONU, de 2001 (PdA). Este documento amplo refere, no seu preâmbulo, que a disponibilidade de armas ilícitas coloca uma ‘séria ameaça ao... desenvolvimento sustentável’, e encoraja os Estados a ‘lidar com problemas relacionados com desenvolvimento humano e sustentável’.⁵ O PdA não faz, no entanto, recomendações explícitas sobre como a comunidade internacional e os Estados podem lidar com estes desafios.

O PdA perde uma oportunidade crítica para fortalecer laços com a área de desenvolvimento, devido a seu ênfase em medidas para coibir a oferta de armas (*supply-side*). Apesar de ser essencial lidar com a questão da fácil disponibilidade de armas de fogo, a violência armada depende igualmente de motivações que levam primariamente indivíduos e grupos a armar-se a si próprios – factores frequentemente directamente relacionados com questões de pobreza, desigualdade e falta de estilos de vida alternativos. Neste contexto, o PdA é desequilibrado. Quando for sujeito a revisão em meados de 2006 abordagens que têm como objectivo lidar com as causas da violência armada devem ser melhor explicitadas, em qualquer novo compromisso. Os Estados-membro concordam.

Há também espaço para uma agenda mais ambiciosa por parte do desenvolvimento. Até hoje muito do discurso do desenvolvimento sobre controle de armas de fogo limitou-se a discussões sobre conflitos armados e o pós-guerra. Apesar de o conflito ser parte inquestionável do continuum da violência armada, constitui apenas um aspecto do problema. Como foi salientado recentemente pelo Small Arms Survey, a maioria das mortes mundiais por armas de fogo não

⁵ *UN Programme of Action Programme to Prevent, Combat and Eradicate the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects*, secção três, parágrafo 17. Disponível em: disarmament.un.org:8080/cab/poa.html

resulta de conflito armado colectivo, e sim em situações de violência criminal individual, mau uso e suicídio.⁶

Esta abordagem mais ampla sobre os impactos e escalas da violência armada deve ser reconhecida e adoptada pela comunidade que lida com o desenvolvimento. O desarmamento, desmobilização e reintegração póscoflito (DDR), por exemplo, não podem ser o ponto final. Devem ser seguidos por outros esforços para absorver estoques excessivos de armas e para lidar com o desarmamento de civis, através de esquemas comunitários de armas para o desenvolvimento, ou através de parcerias fortes com governos para criar e reforçar regulações nacionais de armas.

O PNUD acredita que a forma mais eficaz de lidar com a disponibilidade e uso de armas é encorajar os Estados a identificar estas questões relacionadas com segurança enquanto prioridade nacional, incorporando-as no quadro do desenvolvimento nacional (*Poverty Reduction Strategy Papers* e *UN Development Assistance Frameworks*). Kathleen Cravero do PNUD referiu na BMS de 2005 que ao usar esses quadros os governos conseguem atribuir recursos de uma forma transparente e sistemática para lidar com a questão da disponibilidade e uso de armas de fogo, tornando mais fácil que doadores bilaterais e multilaterais disponibilizem recursos para ajudar a tratar destas questões.⁷

A recente decisão tomada pelo *Development Assistance Committee* da OCDE em Março de 2005 – segundo a qual os doadores concordaram utilizar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para actividades de ‘controle, prevenção e redução de armas ligeiras’ -- é muito significativa. Doadores agora podem distribuir recursos a países aflitos pelos problemas da violência armada.

Peter Batchelor coordena a Unidade de Armas Ligeiras e Demobilização do PNUD.

⁶ Ver *Small Arms Survey 2004: Rights at Risk*, Oxford University Press, Oxford, p. 174 and *Small Arms Survey 2005: Weapons at War*, Oxford University Press, Oxford, p. 230.

⁷ Declarações de Kathleen Cravero, Assistant Administrator e Directora do Bureau of Crisis Prevention and Recovery, PNUD. Disponível em: www.un.org/events/smallarms2005/Thematic/undp6.pdf

■ Opinião

Armas Ligeiras – Grandes Oportunidades

Ouvi alguns diplomatas em Genebra apelidarem a Conferência sobre Desarmamento (CD) de “o melhor clube na cidade”, sem ironia. Este nome surgiu provavelmente há umas duas décadas atrás, quando a CD realmente funcionava e produzia tratados importantes. Recentemente tem-se revelado incapaz chegar a acordo num programa de trabalho para um período de oito anos.

Uma das áreas em que os diplomatas do desarmamento *podem* ir mais além actualmente é a do controle de armas de fogo. Não que seja fácil – a diplomacia para envolver todos os Estados é uma tarefa muito pouco interessante. No entanto, num mundo globalizado, o controle destes mecanismos da violência aparece cada vez mais nas várias agendas.

Por quê ligar armas ligeiras a globalização? Há três grandes motivos. Em primeiro lugar, a globalização em questões de segurança relaciona-se directamente com um conjunto amplo de ameaças. Em muitas regiões do mundo não são mais os grandes exércitos que desafiam a estabilidade nacional e internacional, e sim indivíduos e pequenos grupos armados.

Em segundo lugar, e devido ao boom global dos trans-porte, comunicações e finanças, as armas e munições são transportadas para todo o lado, por qualquer pessoa, em qualquer momento, utilizando as redes globais, que vêm crescendo ao longo das últimas duas décadas. Finalmente, apesar de a globalização ser visível nas múltiplas articulações entre vários temas, a disponibilidade de armas é um factor central num conjunto de questões identificadas na Cimeira Mundial de Setembro de 2005 – nomeadamente a interrelação entre desenvolvimento, paz, segurança e direitos humanos.

O controle de armas de fogo é cada vez mais visto como uma questão de relevância mundial. Constituiu um dos dois temas que sobreviveram no documento final da Cimeira Mundial. O Programa de Acção da ONU (PdA) é mencionado duas vezes, mas não de uma forma que permita abrir novos horizontes. O verdadeiro ganho é contextual. O documento ressalta a necessidade de agir em várias frentes que respondam de diversas formas à letal disponibilidade e uso de armas. Isso inclui referências a zonas de conflito, crime transnacional, consolidação da paz, segurança humana, crianças soldado, o papel de mulheres e meninas durante e após conflitos armados e a centralidade dos direitos humanos. De um modo mais crítico o documento final da Cimeira reconhece a interdependência entre desenvolvimento e segurança.

Há cinco anos atrás, na Cimeira do Milénio, as prioridades para o desenvolvimento não incluíam ainda questões de segurança, esta articulação estava

muito no início. Quando, uns meses mais tarde, surgiu o PdA, fez referência aos Objectivos do Milénio (ODM). Com o maior reconhecimento da necessidade de articulação entre desenvolvimento e segurança na Cimeira mais recente, seria útil a Assembléia Geral integrar o documento na agenda multi-lateral sobre armas, particularmente dado que a PdA será revisto em meados de 2006. A Assembléia Geral poderia:

- Reconhecer a necessidade de integrar programas de prevenção da violência armada em estratégias de redução da pobreza;
- Encorajar a inclusão de programas de recolha e destruição de armas, controle de estoques, regulação nacional de armas e prevenção de transferências ilícitas de armas de fogo em estratégias de consolidação da paz da ONU
- Ter em consideração os papéis que organizações de mulheres desempenham em processos de desarmamento, desmobilização e reintegração, e considerar as necessidades de mulheres e meninas combatentes e dependentes nesses programas;
- Promover a protecção dos direitos das crianças em conflitos armados; e
- Insistir na formulação de materiais informativos adequados para aplicar a lei internacional humanitária e leis de direitos humanos em procedimentos de controle de armas para as forças armadas, a polícia e agentes de segurança.

Este passo ajudaria a preparar o terreno para as próximas etapas de trabalho sobre a questão das armas de fogo a partir de uma perspectiva de desenvolvimento, incluindo os elementos de mau uso e escolhas alternativas sem, no entanto, desviar a atenção do problema da oferta, que se diversifica a nível global e se tem vindo a tornar um problema de desenvolvimento em si.

Após uma resolução da Assembleia Geral que reconhecesse as prioridades do desenvolvimento, seria essencial os Estados operacionalizarem estes conceitos como forma de preparação para a RevCon de 2006 sobre armas de fogo. Constituiria uma oportunidade ideal para colocar em prática o que foi acordado pelos líderes mundiais como princípio.

Na RevCon em 2006, os Estados devem dar continuidade a esta acção, criando inclusivamente sistemas para melhorar o monitoramento e relatos sobre a implementação do Programa de Acção, estabelecendo uma estratégia de capacitação de recursos, verificando os resultados obtidos na implementação do PdA, e identificando assuntos que carecem de instrumentos internacionais para seu efetivo controle -- por exemplo, controle de munições.

É crucial fazer as preparações para a RevCon de 2006 em cooperação com os participantes, tais como organizações internacionais relevantes, parlamentares (as armas ligeiras constituem um ponto central da

agenda na próxima *Interparliamentary Union Assembly* em Maio de 2006) e ONG.

No terreno do controle de armas ligeiras apresentam-se agora algumas oportunidades. Mas o grande desafio será a coordenação eficaz entre as capitais; Nova Iorque, o cenário da RevCon e da sua reunião preparatória de Janeiro, e Genebra, onde cada vez mais se concentra o conhecimento sobre armas de fogo. Uma coordenação eficaz fará com que os peritos sobre desarmamento possam afirmar, no

espaço de um ano, “armas de fogo, um clube que não é tão mau, na cidade”.

Daniël Prins é deputado na missão holandesa de desarmamento em Genebra. Escreveu este artigo de opinião a título pessoal.

Nota do editor: Para mais informação sobre a Conferência sobre Desarmamento consultar www.acronym.org.uk ou www.reachingcriticalwill.org

■ Nas suas próprias palavras Quais considera serem as prioridades para a Review Conference de 2006 (RevCon) e para futuro?

Stella Sabiiti, Directora Executiva, Centre for Conflict Resolution (CECORE), Uganda

A reunião de 2006 determinará a acção global para a próxima década. Neste sentido é essencial que as ONG contribuam activamente para moldar os resultados desta reunião. Dada a mudança do ambiente político e a experiência e conhecimento acumulados desde a adopção do PdA, este espaço de discussão e acção tornou-se mais amplo. A RevCon deverá igualmente rever o modo como a implementação do PdA ajudou a resolver problemas reais: as pessoas sentem-se mais seguras? O que mais preocupa a sociedade civil em muitas partes de África é a questão da regulação da posse de armas de fogo por civis, e da transferência de armas para actores não estatais – milícias, combatentes, insurgentes e mercenários. Para além disso a RevCon de 2006 deve constituir uma oportunidade para discutir outras questões que foram deixadas de fora do PdA, tais como questões de género, reforma da polícia, e assuntos não resolvidos como controle de munições.

Francis K. Sang, Director / Coordenador, Regional Centre on Small Arms & Light Weapons, Região dos Grandes Lagos e Corno de África (RECSA)

As prioridades da RevCon de 2006 passam por avaliar os processos de implementação e compromissos dos Estados-membro das Nações Unidas. Durante a Segunda BMS tornou-se evidente que os Estados-membro estavam plenamente conscientes da intenção, objectivos e propósitos do PdA da ONU. No entanto, o que ficou explícito nos relatórios foi que muitos países progrediram enquanto outros estão ainda em falta, uma vez que ainda não criaram um quadro institucional para implementar o processo, como ficou acordado em 2001. É necessário, portanto, que haja uma renovação do PdA, para que os Estados Membros possam continuar o trabalho de implementação. Para sermos bem sucedidos nestes esforços e se queremos

alcançar os Objectivos do Milénio (ODM) deveríamos enfatizar e integrar programas sobre armas ligeiras em outras questões relevantes – áreas prioritárias como a erradicação da pobreza, desenvolvimento e reforma do sector de segurança.

Embaixador Camilo Reyes, Vice-Ministro de Assuntos Estrangeiros, Colombia

A Colômbia está seriamente comprometida com o processo da ONU, tendo presidido à conferência de 2001, na qual o PdA foi adoptado. Embora os esforços dos Estados desde então tenham sido positivos, o progresso foi lento, podendo ser melhorado e melhor coordenado. A RevCon de 2006 constitui uma oportunidade para uma re-centragem, e a prioridade das prioridades deveria ser a questão da regulação da posse civil de armas de fogo. 60% das armas de fogo mundiais estão na posse de civis, e são responsáveis pela maioria das mortes provocadas por armas de fogo – quase o dobro das mortes mundiais resultantes de conflitos armados. A promulgação global de normas ajudaria não só a reduzir a violência armada mas também a limitar os movimentos transnacionais de armas. Para além desta questão é tempo de os Estados membros enfrentarem a questão da transferência de armas para actores não estatais, para discutir a possibilidade de negociar um tratado de comércio de armas e comprometerem-se a apoiar DDR de formas mais sustentáveis.

Jonathan Frerichs, Conselho Nacional de Igrejas

A prioridade é o sucesso, a dois níveis. O primeiro é que a RevCon estabelece objectivos específicos, a cinco anos, para uma melhor regulação do ciclo das armas de fogo, e os países vão para casa mais focados e responsabilizados pelo período futuro. O outro é o sucesso partilhado: apesar de os programas locais, nacionais e regionais tratarem da questão da violência armada de várias formas, também este Programa de Acção Global deve promover a interdisciplinaridade e a parceria entre governos e a sociedade civil para quebrar o corrente da oferta e da procura de armas de fogo. Os sucessos a estes níveis são sinónimos de vidas salvas e melhoria das condições de vida. Pode também impulsionar outros fóruns de desarmamento.

■ Síntese das Notícias

Conferência sobre violência enquanto ameaça de saúde pública

Peritos em prevenção da violência reuniram-se em São Francisco, Califórnia, no dia 19 de Outubro de 2005 para avaliar os passos dados na prevenção da violência. A conferência, a *2nd Milestones of a Global Campaign for Violence Prevention*, foi organizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a California Wellness Foundation. Desde o lançamento do relatório mundial da OMS sobre violência e saúde em 2002, muitos países deram passos significativos relativamente a medidas de prevenção da violência, afirma a OMS. “Há alguns anos contavam-se pelos dedos da mão o número de países que estabeleciam uma relação entre violência, saúde pública e prevenção,” afirmou a Dra. Catherine Le Galès-Camus, Subdiretora do Programa sobre Doenças não Comunicáveis e Saúde Mental. “Hoje em dia mais de 70 países têm pontos focais de prevenção da violência e mais de 50 iniciaram políticas e programas focados nas causas da violência.”

Fonte: UN News Service e OMS, 19 Outubro 2005

Libéria: Gangues vigilantes soltos nas ruas

As preocupações com a guerra deram lugar às preocupações com o crime. “Muitas das pessoas estão habituadas à violência e não têm como ocupar as suas mentes...e o país está atolado com armas de fogo,” afirma Peter Zaizay, porta-voz da Polícia Nacional da Libéria. “Os assaltos à mão armada vêm aumentando”. Em resposta, surgiram gangues vigilantes na capital e esta tendência começa a preocupar o pessoal da ONU, que tem cerca de 15 000 tropas e 1000 polícias com a missão de ajudar a manter a paz. Alguns dizem que os vigilantes são a prova da falta de confiança nas forças da lei e da ordem, uma ressaca da guerra civil, quando os oficiais, para além de corruptos, estavam envolvidos em abusos de direitos humanos. “Há falta de confiança no sistema de justiça. Esse é o verdadeiro problema,” afirma Zaizay. É por isso que temos a estratégia de policiamento comunitário, para consciencializar e partilhar informação.”

Fonte: IRIN News, 18 Outubro 2005

Iemen: Pedidos de leis de controle de armas de fogo à medida que o crime aumenta

Centenas de protestantes inundaram as ruas de Sana'a, capital do Iêmen, no dia 19 de Outubro, para exigir que o parlamento nacional debata a proposta de lei -- que está parada há tempo -- que controle a posse e uso de armas de fogo. “Os protestantes estão aqui para exigir que o parlamento inicie um debate e aprove a lei de controle de armas de fogo” disse Khaled al-Eryani, coordenador do comité estabelecido por um grupo de

ONG que exige que aprovem a legislação. A legislação sobre controle de armas de fogo não avançou no parlamento do Iemen durante seis anos após alguns líderes tribais influentes levarem a cabo esforços para que fosse rejeitada, recendo que pudesse conduzir ao desarmamento dos seus grupos. Ao longo dos anos o parlamento não deu passos concretos no sentido de começar a debater a proposta. Um informe, entregue às Nações Unidas Novembro de 2003, considerou o Iemen um possível fonte de armas para um conjunto de países vizinhos, em particular para a Somália.

Fonte: IRIN News, 20 Setembro de 2005

Novo relatório sobre meninas em grupos armadas na República Democrática do Congo

Cerca de 12,500 meninas pertencem a grupos armados estatais na República Democrática do Congo (RDC), apesar de estarem a ser negligenciadas pelo programa que visa desarmar, desmobilizar e reintegrar todas as milícias na sociedade, defende o relatório de Agosto de 2005 da ONG Save the Children, intitulado “Forgotten Casualties of War”. O relatório refere que muitas das meninas não quiseram participar no processo de desarmamento e reintegração, e que não se consideravam “crianças soldado”, mas sim “esposas” ou seguidoras de campo e, por isso, não eram elegíveis para os programas de desmobilização e reintegração. Refere também que o processo alertou as comunidades de que as meninas estavam envolvidas com grupos armados, fazendo com que a comunidade as rejeitasse. As pessoas assumiram que as meninas tinham sido abusadas sexualmente e que portanto seriam portadores de HIV/Sida e de outras doenças sexualmente transmissíveis. Consequentemente consideravam que tinham “perdido o seu valor”.

Fonte: IRIN News, 25 Agosto 2005

Indústria de armas Norte Americana ganha imunidade

O Congresso norte-americano aprovou uma lei que impede que vítimas de crime entrem com processos contra a indústria armamentista. O Congresso aprovou a legislação, que teve um forte apoio do *National Rifle Association*, por considerar importante proteger a indústria da falência, caso tenha que pagar indemnização por tais processos. Ao abrigo desta medida, meia dúzia de processos pendentes de governos locais contra a indústria de armas seriam descartados. Grupos anti-armas defendem que alguns processos individuais podem também ser arquivados. “Esta lei transforma a indústria de armas -- que já carece de regulação -- na indústria mais bem cuidada nos Estados Unidos,” afirmou Kirsten Rand, directora do *Violence Policy Center*.

Fonte: Associated Press, 21 Outubro 2005

Croácia vai informatizar o registo de armas até final de 2007

Em finais de 2007 espera-se que a polícia croata tenha uma base de dados digitalizada de armas registadas, que também vai conter impressões de balas e cartuchos encontrados em locais de crimes. A informação informatizada sobre armas é essencial para melhorar a eficácia das acções policiais e para responsabilizar pessoas que possuem armas de fogo. Este projecto de 1,4 milhões de euros será lançado em Maio de 2006 e deverá terminar no prazo de 18 meses. Existem cerca de 350 mil armas registadas na Croácia. Ao abrigo de uma nova lei de armas, as armas registadas terão que se submeter a testes.

Fonte: Seesac Daily SALW Media Monitoring Report (Belgrade)/BBC Monitoring Service, HINA Transcrito a 24 de Outubro de 2005

PARABÉNS

Para a Transitions Foundation, Guatemala

Alex Galvez foi baleado quando tinha 16 anos, um caso de erro de identidade num tiroteio entre dois gangs rivais na Cidade da Guatemala. Ia a caminho da loja local para comprar bebidas para o almoço. “Pensei que ia morrer”, afirma. “E eu queria morrer, porque na Guatemala não há muitas hipóteses para pessoas com deficiências”. Mas a vida de Alex deu uma volta. É um dos fundadores de uma organização baseada em Antigua, a segunda cidade da Guatemala, liderada por e feita para pessoas com deficiências. A ONU estima que existam pelo menos 1,5 milhões de armas ilegais na Guatemala, o que faz com que seja o país mais fortemente armado da América Central. Em 2004 morreram cerca de 4500 pessoas por morte violenta, e oito pessoas em cada dez foram mortas a tiro. Em resposta a isto a Fundação oferece serviços especializados – como próteses e cadeiras de rodas – a pessoas que chegam de toda a Guatemala. Num país em desenvolvimento como a Guatemala nada é automático no acesso a recursos básicos. E com uma população com necessidades especiais que ronda um milhão grande parte da população pobre depende de ONG que os ajudem com o essencial.

Para mais informação consultar www.transitionsfoundation.com

(Baseado numa história transmitida pela BBC Radio 4's Crossing Continents, por Linda Pressly, 20 Outubro 2005)

O **Centre for Humanitarian Dialogue** é uma organização imparcial e independente, com sede em Genebra (Suíça), que tem como objectivo dialogar sobre questões humanitárias, a resolução de conflitos armados e a minimização do seu impacto nas pessoas. O Centro facilita um diálogo informal a alto nível entre os principais protagonistas dos conflitos armados e outras organizações interessadas, como ONG e agências da ONU.

Este trabalho completa-se mediante a investigação e esforços políticos para passar à acção em questões humanitárias actuais como a natureza dos grupos armados não estatais, técnicas de mediação, economia de guerra, o império da lei e a disponibilidade de armas.

Em 2001 o Centro criou o Programa sobre armas ligeiras e segurança humana, que abrange vários projectos que têm como objectivo compreender melhor o custo humano da disponibilidade e uso indevido de armas e procurar opções para actuar sobre essa questão.

Centre for Humanitarian Dialogue
114 rue de Lausanne
1202 Genebra, Suíça
Telefone: +41.22.908.1130
Fax: +41.22.908.1140
Correio electrónico: info@hdcentre.org
Web: www.hdcentre.org

Todos os direitos reservados.
Os direitos de autor desta publicação são propriedade do Centre for Humanitarian Dialogue.

Subscreva a nossa mailing list

- Quero receber uma notificação por e-mail do *Boletim sobre Armas Ligeiras* bem como sobre outros eventos e publicações do Centre for Humanitarian Dialogue.
- Quero receber uma cópia do Boletim (por favor indique a língua e a quantidade)
__ Inglês __ Francês __ Espanhol __ Árabe __ Português

Nome _____

Organização _____

Direcção _____

Código postal _____

País _____

Telefone _____

Fax _____

Web Site _____

Correio electrónico _____

Por favor, copie e reenvie este formulário e envie-o para Mireille Widmer, Centre for Humanitarian Dialogue, 114 rue de Lausanne, 1202 Genebra, Suíça. Pode também enviá-lo por correio electrónico para widmer@hdcentre.org ou por fax para +41.22.908.1140.



Directora
Cate Buchanan (cateb@hdcentre.org)

Desenho e produção
Richard Jones (rmjones@onetel.com)
Exile: Desenho e serviços editoriais